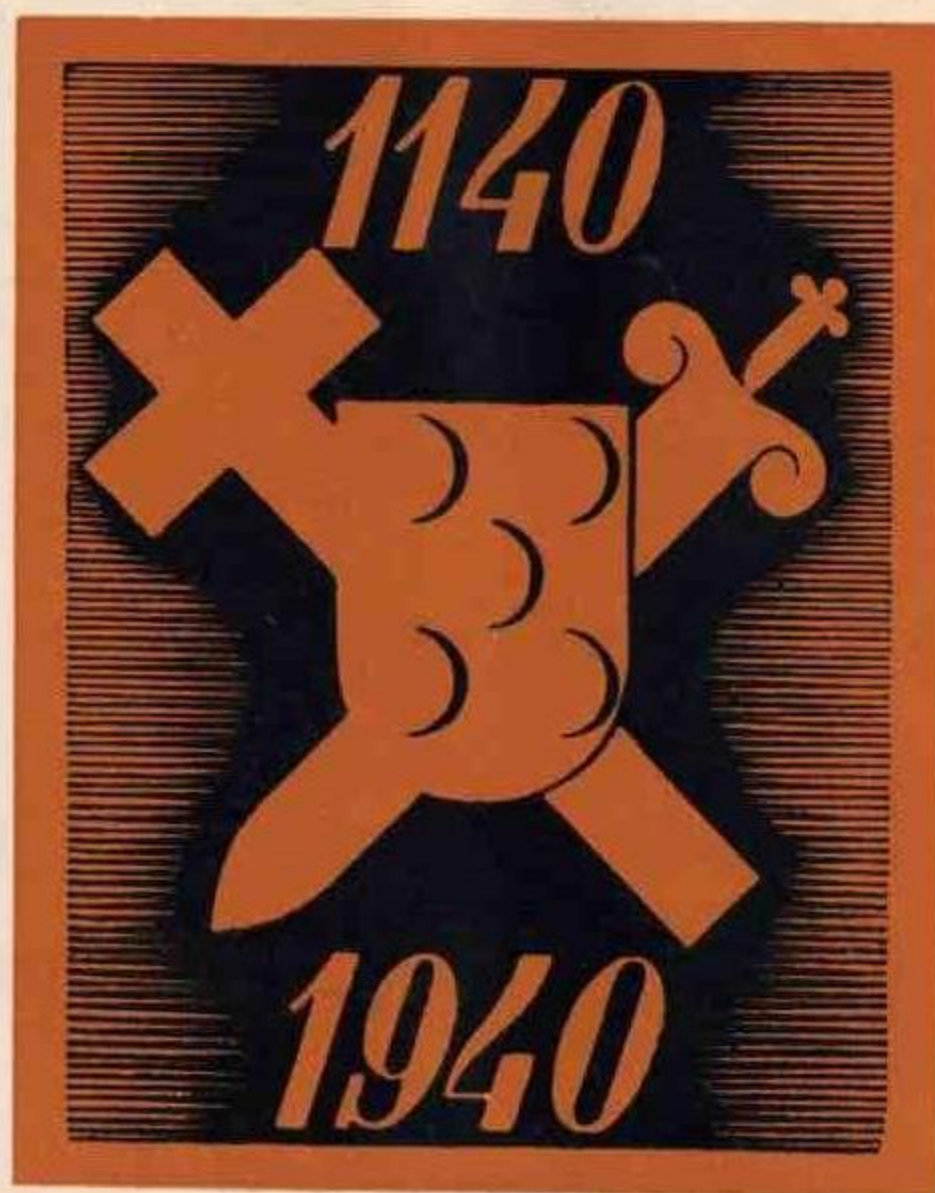


REVISTA / DOS
CENTENÁRIOS



N.º 13 — 31 de Janeiro de 1940 — ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

| | |
|--|-------|
| <i>PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes.</i> | 1 |
| <i>ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão.</i> | 4 |
| <i>CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO</i> | 9 |
| <i>O PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS.</i> | 14/15 |
| <i>ARMAS BRASILEIRAS EM GÔA — Dr. A. Padua de Araujo.</i> | 17 |
| <i>CASTELOS DE PORTUGAL — Bragança e Povoação de Lanhoso — Cap. Jorge Larcher.</i> | 19 |
| <i>REVISTA DA IMPRENSA.</i> | 25 |
| <i>NOTAS VÁRIAS.</i> | 29 |

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|--------|--------|
| Continente e Ilhas adjacentes | 25\$00 | 50\$00 |
| Portugal de Ultramar | 30\$00 | 60\$00 |
| Estrangeiro | 35\$00 | 70\$00 |

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais :

| | |
|---------------------|--------|
| A fogo | 20\$00 |
| A ouro | 25\$00 |
| (Empaste) | 5\$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 22886

PORTUGAL É UMA NAÇÃO

I

Portugal é uma Nação. Parece um truísmo. E é hoje uma afirmação dum alto significado jurídico-político.

De facto, há muito que se afirma o *princípio das nacionalidades* como o fundamento do direito de as Nações se erigirem e organizarem em Estados independentes. O tratado de Viena de 1815, que regulou a paz estabelecida após as lutas da Revolução e do Império, proclamou-o com um vigor maior. Depois dele, o princípio realizou-se por essa Europa fora, ou desmembrando Estados, sob cuja soberania sofriam populações *alogeneas*, ou unificando pequenos Estados com gentes de fundo étnico comum.

Assim se fraccionou o Império Otomano para libertar a Servia, a Bulgaria, a Grecia, a România. Assim se unificou o Reino de Itália e se constituiu o Império Alemão.

As aspirações nacionalistas insatisfeitas, desde o irridentismo italiano às reivindicações das nações slavas do Império Austro-Hungaro e dos Balcans ou aos anseios de emancipação das populações bálticas, que latejaram, ora sopitadas, ora frementes, durante o século XIX, essas mesmas, representavam a afirmação do princípio das nacionalidades como um dos presupostos do direito internacional público—tão certo se apresentava que, sem a sua satisfação, nem o *equilibrio politico* seria estável e justo nem o *respeito recíproco pelas soberanias dos Estados* leal e eficazmente assegurado. Tanto monta dizer que o direito internacional, sem êle, não poderia existir.

* * *

Mas, a guerra de 1914-18 e a Paz de Versailles, que lhe pôs têrmo, deu àquele princípio um sentido e uma aplicação ainda mais ampla.

Até ali, o direito das gentes era mais inter-estadual, quere dizer direito regulador de relações entre os Estados. Durante a guerra e depois dela é que êsse direito tentou ser, em rigor, internacional. A França e a Inglaterra, sob a sugestão feliz do Prof. Lapradelle, conceberam e admitiram uma nova forma de reconhecimento — o da Nação — anterior ao do Es-

tado. Com soldados retirados dos campos de concentração e separados dos outros prisioneiros de guerra, oriundos do exercito austro-hungaro, organizou-se a Divisão Tcheca, que foi combater ao lado dos Aliados no *front* ocidental. Constituiu-se um govêrno «tcheque» em Paris, com o seu escudo, a sua bandeira e o direito activo e passivo de legação. Numa palavra, reconheceu-se *de jure* a Nação tcheque, enquanto o seu território e a sua população ainda gemiam sob a soberania austro-hungara.

Quando, a uma pergunta do Presidente Wilson, os beligerantes definiram os seus *fins de guerra*, o Czar da Rússia prometeu a restauração da Polónia. Os Impérios Centrais confessaram intenção identica. A Nação Polaca era, dessa forma, colectivamente reconhecida.

Por esta forma, pode dizer-se com aquêle eminente internacionalista, que a Nação, pre-existindo ao Estado, entrou no direito internacional, independentemente dele. E como a alma sobrevive ao corpo, a Nação sobrevive ao Estado.

* * *

No mesmo profundo respeito à Nação, os tratados de paz de 1919 reconheceram as *minorias étnicas* ou *nacionais*, às quais devem ser concedidos estatutos jurídico-políticos próprios.

O reconhecimento da igualdade de direitos dos diferentes grupos étnicos, que constituam a sua população, passa a ser um dos deveres fundamentais dos Estados.

Nos tratados de Versailles, Saint-Germain, Neuilly e Trianon, bem como em outros instrumentos diplomáticos, foram insertas cláusulas, que impuzeram o reconhecimento dos direitos daquelas minorias. Ao contrário do que alguns pretendiam, as relações dos Estados com determinadas fracções da sua população, não são apenas questões de direito político interno, pois que, transcendendo os limites da sua estrutura e vida interior, affectam a vida internacional.

Não mais populações de menoridade política, não mais gente de segunda zona dentro das mesmas fronteiras.

A Nação é uma realidade social e, como tal, o direito, disciplina de vida, deve reconhecê-la e tutelá-la — mesmo quando êle haja de negar validade aos poderes adquiridos pela violação das obrigações internacionais (doutrina de Stimson) ou quando atribua direito e confira honras «às Nações ainda vivas no sepúlcro dos Estados mortos...»

* * *

...E aqui está porque esta banalidade — Portugal é uma Nação —, verdade de 8 séculos de existência, assume hoje um significado mais alto e uma singular oportunidade.

O Estado português constituiu-se sôbre uma verdadeira Nação — talvez sem o concurso da geografia e até porventura um pouco a despeito dela ; talvez sem uma nítida diferenciação étnica e de confissão religiosa. Mas, a homogeneidade política criou-se e cimentou-se num fundo espiritual, tecido na trama dum sentir e dum falar idênticos, duma aspiração veemente pela vida livre e, com o andar dos tempos, duma tradição histórica e dum «comum sentimento de sacrifício».

Portugal fez-se Nação e como Nação tem vivido há oito séculos, sem descontar os 60 anos de união a Castela, porque, durante êles, a Nação viveu «no sepúlcro do Estado morto», e dele resurgiu, como Lazaro, na hora própria.

O seu direito a constituir um Estado independente afirmou-o repetidamente no clamor de mil batalhas e na tarefa ingente do descobrimento da Terra, a que o levaram a expansão da sua personalidade política e a sua vocação missionária. Clamou-o no esforço da Restauração e da consolidação dos seus Segundo e Terceiro Impérios. E êsse tem de ser agora — mais do que nunca — a sua profissão de fé e o seu acto de vontade.

Nestes últimos anos desapareceram, por conquistas militares e anexações diplomáticas, os Estados abissínio, austriaco, tcheco-slovaco, albanês.

A Espanha, atravez duma guerra civil dolorosissima, proclamou mais uma vez, selada pelo sangue, a sua unidade política.

Agora, é de novo retalhada a Nação Polaca. As nacionalidades bálticas vêem a sua individualidade política ameaçada. Os Balcanicos receiam pela sua integridade e projectam ligas e pactos de segurança colectiva.

Haverá maior e mais delicada oportunidade para que Portugal recorde que vive livre em suas fronteiras há oito centúrias e nelas quere firmemente persistir e sobreviver à tormenta que desabou sôbre o Velho Mundo? Para que proclame que foi e é uma Nação e, como tal, tem o direito supremo de viver como Estado livre e independente?...

A. MARQUES GUEDES

ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

A *Biblioteca da Ajuda* possui um número considerável de documentos sobre a *Restauração* que ainda não foram publicados. Durante esta minha já longa estadia nessa *Biblioteca*, como bolseiro do *Instituto para a alta cultura* que me encarregou de fazer os Índices da monumental colectânea *Rerum Lusitanicarum*, fui tomando nota de muitos e preciosos elementos para a reconstituição desse período glorioso que começou no 1.º de Dezembro de 1640 e que só terminou em 68, depois de assinada a paz com a Espanha. Espero dar a conhecer as principais peças desse rico aglomerado, até ao final de 1940, ano em que Portugal vai comemorar solenemente o terceiro centenário da sua *Restauração*.

Para a *Revista dos Centenários* trago algumas cartas de D. João IV, reservando os dois grossos códices das cartas do soberano dirigidas a Vila Nova da Cerveira para as publicar em conjunto.

As que hoje dou à publicidade têm interêsse manifesto por serem o chamamento oficial que D. João IV fez a um dos nobres do Reino para as Côrtes que tiveram lugar em 1641 e em 1646.

Como é sabido, na nossa monarquia, os grandes senhores, por mais privilegiados que fôssem, tinham um grande número de obrigações que lhe eram impostas para com o poder central, «avultando entre elas o serviço militar e o dever de comparecer em côrtes» (1). Estas, durante o reinado de D. João IV, reuniram cinco vezes: em 1641, 42 e 46, em Lisboa, em 1649, em Tomar e em 1653, de novo na capital (2).

A primeira, a de 1641, teve como objectivo fundamental «a consagração nacional do movimento restaurador» (3).

Em face do nosso direito consuetudinário, os monarcas eram obrigados a convocar estas reuniões magnas dos três Estados do Reino, que haviam tido a sua origem na antiga *Cúria* ou conselho do Rei. E «quando o soberano determinava chamar o reino a côrtes, expediam-se cartas régias convocatórias às Câmaras das cidades e vilas, e a todos os que tinham

(1) Paulo Merêa. *O poder Real e as Côrtes*, pág. 6.

(2) Alfredo Pimenta. *Subsídios para a História de Portugal*, pág. 475 e segs.

(3) Fortunato de Almeida. *História de Portugal*, vol. IV, pág. 151.

assento nestas assembleas, indicando os motivos da convocação, as matérias que nela se haviam de propor, o local e o dia da celebração da sessão de abertura» (1).

É este o objectivo das presentes cartas.

São elas dirigidas a D. Pedro de Castelo Branco, que, segundo nos elucidam Silveira Pinto e o Visconde de Sanches de Baêna (2) foi «1.º Conde de Pombeiro e 1.º Visconde de Castelo-Branco; herdou a Casa de seus pais; 13.º Sr. de Pombeiro; Sr. de Sanguinheda, Comendador de Santa Maria de Amendoa, na Ordem de Cristo; Capitão da Guarda Real do Rei D. João IV e do Principe D. Teodósio, por cuja morte, ficou sendo do Rei D. Afonso VI. Morreu a 30 de Julho de 1675, tendo casado duas vezes; sendo a primeira com D. Cecilia de Menezes, filha de Vasco Fernandes Cesar, Alcaide-mor de Alemquer, e herdeiro da Casa da Feira, e de sua mulher D. Ana de Menezes, filha herdeira de D. Manuel Pereira: *sem geração*.

Casou segunda vez, a 23 de Fevereiro de 1650, com D. Luiza Ponce de Leão, Dama da Rainha D. Luiza, tendo-a servido em Vila Viçosa, sendo ainda Duquesa, e depois Camarista da Rainha D. Catarina, que foi Rainha da Brã-Bretanha. Morreu em 1707, tendo nascido a 27 de Abril de 1623, filha de D. Afonso de Herrero e Cordova, e de sua mulher D. Luiza Ponce Leão, fidalgos castelhanos» (*tiveram descendência*).

Andrade Leitão nas *Famílias de Portugal* (3), genealogia manuscrita que se encontra na *Biblioteca da Ajuda*, diz que lhe fôra dado o título de Conde de Pombeiro quando realizou o seu segundo casamento, o que é absolutamente falso. O que D. Pedro de Castelo Branco recebeu quando se ligou em matrimónio à Dama de D. Luiza de Gusmão foi o título de Visconde de Castelo-Branco. A isso há referência no próprio documento régio da concessão, de 5 de Setembro de 1649, como consta dum dos livros da chancelaria de D. João IV (4).

O título de Conde de Pombeiro foi-lhe dado depois, já no tempo de D. Afonso VI, por carta de 6 de Abril de 1662. Esta alta mercê era-lhe concedida, atendendo El-Rei «a qualidade de sua pessoa, antiguidade de sua Casa e aos seruiços que me fes assi na guerra

(1) Paulo Merêa, *ob. cit.*, pág. 32.

(2) *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, vol. II, pág. 299.

(3) Tomo 5.º, pág. 514 e segs. *Biblioteca da Ajuda*. Códice com a cota: 49-XII-30.

(4) *Torre do Tombo*. Liv. 20, fol. 237, e não *Liv. 2, fol. 336*, como se diz nas *Memórias Históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*, de Caetano de Sousa, 1.ª ed., pág. 377, erro que foi copiado na recente 4.ª ed., pág. 303.

achandose em deferentes ocasiões na prouinçia dentro douro e minho e na de alentejo como na pax seruindo a el Rey meu Snor e pai e de capitão da guarda ao príncepe dom Theodósio meu sobre todos muito amado e prezado irmão que deus tem acompanhando em muitas ocazioês» (1).

Identificado o illustre personagem a quem El-Rei se dirige nestas duas cartas, de 26 de Dezembro de 1640 e de 20 de Outubro de 1645, resta-me agora publicá-las.

I

«Dom P.º de Castelbranco. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Dezejando eu cumprir inteiramente com as obrigações que tenho de defender, conseruar e gouernar estes meus Reynos que Deos foi seruido restituirme e entendendo que para se acertar em cousas de tão grande importância he conueniente e necessario comunicallas com os tres Estados da nobreza, prelados e pouos delles resoluy de conuocar e celebrar Cortes nesta cidade de Lisboa q̄ se começarão em uinte diaz do mez de Janeiro do anno que embora uira de mil e seiscentos e quarenta e hum. Pelo que uos encomendo e mando que para o dia referido uos acheis nas mesmas Cortes. E tendo justo impedimento para deixar de uir a ellas enuiareis uossa procuraçam bastante a pessoa que tenha uoto em Cortes. Escrita em Lx.ª a 26 de Dez.º de 640.

Rey

Para dom P.º de Castelbranco» (2).

II

«Dom Pedro de Castello Branco. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Conforme ao que se assentou nas cortes, que em 19 de Setembro de 642 celebrey nesta Cidade de Lisboa deu o mandar, conuocar outras, em que se proroguem, mudem ou acrescentem, segundo parecer as contrebuições para as despezas da guerra, que não só dura no Reyno, que o Ini-

(1) Torre do Tombo. Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 26, fol. 163 v. e seg.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 44-XIII-42, fol. 73.

*migo vay cometendo cada dia com mayores forças, mas se acreçentarão muito fora delle, com as hostilidades que os Ministros da companhia fazem as minhas conquistas, que em tempo daquellas Cortes, se considerarão em paz, pella tregoa que meus Embaixadores çelebrarão em meu nome, com os estados geraes das prouinçias unidas (1); Pello q̄ em compri-
m.^{to} daquelle assento e do m.^{to} que conuem tornar a conferir a materia das ditas contrebuições, emendando alguãs faltas, se se achar que as ouue nellas, e redusindoas á melhor forma que a experiencia no descurço destes tres annos terá ensinado; e quero e dezeyo, que neg.^{co} tão grande se encaminhe, ayuste, e açerte com jnteira notiçia e satisfação dos tres estados do Rn.^o; Resoluy chamallos a Cortes nesta Cidade, para os 20 do mez de Nouembro, que embora uirá; Pello q̄ vos encomendo, que para o tempo referido uenhais ás Cortes, conforme uossa obrigação, ou tendo justo impedimento enuieis à pessoa q̄ tenha uoto nella e uossa procuração bastante, p.^a tratar, e resolver sem limitação o neg.^{co} apontado, e os mais, que se propuserem conuenientes a meu seru.^{co}, ao bem commu, e deffensa de meus Reynos, e vassallos; e de como se uos deu esta carta passareis certidão á pessoa, q̄ vola entregar. Escrita em Lisboa a 20 de Out.^{ro} de 1645.*

Rey . . .

P.^a o Donatario da V.^a de Pombeiro» (2).

(1) Tristão de Mendonça Furtado, que partiu para a Holanda em 1641, negociou um tratado com os Estados Gerais onde ficou estabelecido que haveria, entre os dois paises, uma suspensão de hostilidades por dez anos a contar da ratificação (art. 1). Na Índia devia a trégua começar um ano depois (art. 2). — Edgar Prestage—*As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, pág. 200.

(2) *Biblioteca da Ajuda*. Códice 44-XIII-42, fol. 75.

CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO

PLANO GERAL

A inclusão de um Congresso Nacional de Ciências da População no programa das comemorações nacionais de 1940 traduz um oportuno interesse pelo estudo das raízes, virtualidades profundas e capacidade realizadora do povo português.

Sem deixar de abordar questões gerais daquelas ciências, hoje na ordem do dia em países que se preocupam com a vitalidade e o futuro das respectivas populações, o Congresso tratará de modo especial êsses problemas no que respeita à população portuguesa.

Estudar a nossa população é procurar encontrar no campo da investigação científica uma das razões mais explicativas da vincada personalidade lusitana, chave, sem dúvida, do segredo da nossa actuação histórica de oito séculos. Ao mesmo tempo é delinear perspectivas e directrizes de acção nacional.

Se o meio subordina a si o homem, é inegável que o homem valoriza o seu esforço orientando essa adaptação. E nisto, positivamente, está o melhor elogio da sua condição de ser superior.

É de esperar que dêste Congresso resultem elementos da mais alta importância, não só para o esclarecimento científico de problemas nacionais de carácter especulativo, mas ainda para providências e realizações no sentido do aperfeiçoamento e maior valorização da gente portuguesa.

A divisão em secções e sub-secções impôs-se como conveniente pela multiplicidade das especializações a versar. Essa subdivisão variou do Congresso Internacional de Roma de 1931 para o de Berlim de 1935, e ainda nas conferências da União Internacional das Ciências da População, em Paris. São essas diferenças consequência natural das múltiplas relações e interferências desses ramos de estudo uns com os outros, podendo o mesmo assunto ser encarado simultaneamente, por exemplo, como tema de sociologia, de demografia, de economia política ou de geografia humana.

Na organização do presente Congresso foram previstas cinco secções: 1.ª, demografia e higiene; 2.ª, antropologia; 3.ª, etnografia; 4.ª, problemas sociais da população; 5.ª, problemas económicos da população. Cada uma das secções foi dividida, por necessidade de método, nas sub-secções indispensáveis. Dada a vastidão da matéria geral, são propostos, em quadro anexo, alguns temas que especialmente se recomendam para estudo. A parte do programa relativa às colónias versar-se-á nas sessões do Congresso Colonial (IX da série do Congresso do Mundo Português).

ORGANIZAÇÃO EM SECÇÕES

1.ª Secção — DEMOGRAFIA E HIGIENE

- a) Distribuição da população.
- b) Natalidade, nupcialidade e mortalidade. Crescimento da população.
- c) Morbilidade.
- d) Profilaxia e higiene.

2.^a Secção — ANTROPOLOGIA

- a) Biometria diferencial e biotipologia.
- b) Biologia racial.
- c) História étnica.
- d) Eugenia.
- e) Psicologia da população.

3.^a Secção — ETNOGRAFIA

- a) Ergografia.
- b) Folclore.

4.^a Secção — PROBLEMAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO

- a) Geografia humana.
- b) Organização social.
- c) Educação e assistência.
- d) Criminalidade.

5.^a Secção — PROBLEMAS ECONÓMICOS DA POPULAÇÃO

- a) A população e os recursos naturais.
- b) A produção, o trabalho e o corporativismo.
- c) Migrações internas e externas.
- d) O custo da vida.

TEMAS PROPOSTOS PARA CADA SECÇÃO

1.^a Secção — DEMOGRAFIA E HIGIENE

- 1 — Crescimento e distribuição da população.
- 2 — Morbilidade e mortalidade, nas suas relações com as instituições de assistência e de profilaxia.
- 3 — Correções higiénicas a introduzir na vida rural portuguesa.
- 4 — Higiene da alimentação no povo português, educação dêste nos respectivos princípios e de acôrdo com as produções regionais.
- 5 — Salubridade dos aglomerados populacionais e a da habitação pobre nos meios urbanos.
- 6 — Profilaxia contra doenças evitáveis e defesa permanente contra endemias.
- 7 — Elementos demográficos utilizáveis na definição dos meios de revigoração, aproveitamento e expansão da gente portuguesa, tanto na Europa como além-mar.
- 8 — Bibliografia.

2.^a Secção — ANTROPOLOGIA

- 1 — Origens antropológicas do povo português.
- 2 — Robustez física, condições fisiológicas e vitalidade do nosso povo.

- 3 — Tipos constitucionais e psicológicos e fórmulas endocrínicas na população portuguesa.
- 4 — Factores degenerativos na nossa população; seu combate; medidas eugénicas aconselháveis.
- 5 — Elementos alógenos no povo português.
- 6 — Bibliografia.

3.^a Secção — ETNOGRAFIA

1 — O mar na vida popular:

- a) Razões da atracção do mar sobre o homem.
- b) A luta entre o mar e a terra.
- c) Síntese da influência do mar na vida popular.

2 — A família:

- a) Tradições deste elemento social.
- b) A trilogia da vida (nascimento, casamento e morte).
- c) Tentativa da filiação das tradições da organização familiar no quadro das civilizações antigas.

3 — A arte popular portuguesa:

- a) Bosquejo histórico da origem dos motivos decorativos.
- b) Relações com a simbólica.
- c) Valor estético da arte popular.

4 — O povo e a simbólica:

- a) Possível origem dos velhos símbolos.
- b) A representação gráfica dos símbolos.
- c) Necessidade que o povo tem do seu emprêgo.

5 — Influência dos mouros, judeus e negros na etnografia portuguesa.

6 — Música popular portuguesa: os arcaísmos.

7 — Bibliografia.

4.^a Secção — PROBLEMAS SOCIAIS

1 — Robustecimento e protecção da família portuguesa:

- a) Plano de providências a adoptar.
- b) O casal de família.
- c) A questão do divórcio.

2 — A assistência material e espiritual:

- a) Plano de providências a adoptar.

- b) A prostituição em Portugal: sua repressão.
 - c) O factor económico e a saúde moral da população.
- 3 — A influência do factor moral e religioso no desenvolvimento da população.
- 4 — Condições geo-sociais da fixação na planície alentejana do excesso demográfico do noroeste português.
- 5 — Criminalidade de adultos em Portugal:
- a) Elementos etiológicos; delinquência e alcoolismo.
 - b) Delinquência e biotipologia portuguesas.
 - c) Métodos de análise delinqüencial e propedêutica criminológica.
- 6 — Criminalidade infantil no nosso país e meios de a combater.
- 7 — Bibliografia.

5.ª Secção — PROBLEMAS ECONÓMICOS

- 1 — O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos.
- 2 — A indústria agrícola como elemento da vida da nacionalidade.
- 3 — O condicionamento actual do trabalho da grei.
- 4 — O factor económico no aumento da população.
- 5 — A emigração para o Brasil na história económica e demográfica de Portugal.
- 6 — Orientação da actividade portuguesa para um destino nacional.
- 7 — Bibliografia.

ALGUMAS INDICAÇÕES REGULAMENTARES

O Congresso de Ciências da População será essencialmente constituído por portugueses e para versar assuntos portugueses, mas esperam-se e desejam-se colaborações estrangeiras idóneas.

Este Congresso realizar-se-á no Pôrto em 1940, sendo inaugurado em 12 de Setembro.

Os manuscritos de todos os trabalhos anunciados devem ser apresentados no Secretariado do Congresso de Ciências da População (Delegação, no Pôrto, da Comissão Executiva dos Centenários, Avenida dos Aliados, 41. 4.º) até 31 de Janeiro de 1940, a-fim-de serem impressos.

Os estudos sobre os temas propostos não poderão exceder 30 páginas de vinte e cinco linhas dactilografadas, devendo ser acompanhados das respectivas bibliografias.

Quanto às comunicações livres, não poderão exceder 16 páginas dactilografadas.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. António Augusto Esteves Mendes Correia, *professor catedrático da Faculdade de Ciências do Pôrto, director do Instituto de Antropologia, procurador à Câmara Corporativa, membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História, presidente da Comissão;*

Prof. Dr. Abel de Andrade, *antigo director geral da Instrução Pública,*

professor aposentado da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa ;

Prof. Dr. Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação, *antigo ministro, professor catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra e director do Instituto de Antropologia ;*

Dr. José Alberto de Faria, *director geral de Saúde ;*

Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos, *professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Lisboa, director honorário do Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcelos, membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História ;*

Prof. Dr. Rui Ennes Ulrich, *antigo embaixador, professor catedrático e director da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa, da Academia das Ciências de Lisboa ;*

Dr. Alberto Pinheiro Tórreres, *advogado e director da Cadeia Civil do Pôrto ;*

Prof. Dr. António de Almeida Garrett, *professor catedrático e director da Faculdade de Medicina do Pôrto, director da Maternidade Júlio Deniz ;*

Dr. Augusto César Pires de Lima, *professor do Liceu Rodrigues de Freitas, presidente da Comissão de Etnografia e História do Douro-Litoral ;*

Prof. Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima, *da Academia das Ciências de Lisboa, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Pôrto, director do Instituto de Anatomia ;*

Prof. Dr. Tomaz Joaquim Dias, *professor catedrático e director da Faculdade de Engenharia do Pôrto ;*

Dr. António Pedro Pinto de Mesquita, *advogado ;*

Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, *médico do Conservatório de Música do Pôrto ;*

Dr. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, *assistente da Faculdade de Ciências do Pôrto ;*

Dr. Mário Cardia, *director do Hospital e do Dispensário anti-tuberculoso de Matozinhos ;*

Dr. Tomaz Lopes Cardoso, *advogado e director do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Pôrto ;*

Dr. Alfredo Mendonça da Costa Ataíde, *naturalista do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Pôrto, secretário da Comissão.*



O PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

NO RECINTO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, EM BELÉM, REALIZOU-SE EM 16 DE DEZEMBRO DO ANO FINDO, COM A MAIOR SOLENIDADE, A ENTREGA AO DELEGADO BRASILEIRO, SR. DR. AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, DO TERRENO ONDE VAI SER EDIFICADO O «PAVILHÃO DO BRASIL». A CERIMÓNIA, QUE TEVE O MAIOR BRILHANTISMO, EFECTUOU-SE NO PRÓPRIO LOCAL ONDE, DENTRO EM POUCO, SE ERGUERÁ AQUELE PAVILHÃO, ENTRE OS PAVILHÕES DA «COLONIZAÇÃO» E «FUNDAÇÃO», JUNTO AO TEJO E A ELA ASSISTIRAM NUMEROSOS CONVIDADOS E ALTAS PERSONALIDADES OFICIAIS. A GUARDA DE HONRA ERA FEITA POR UM «CASTELO» DA «MOCIDADE PORTUGUESA», COM A BANDA DE MÚSICA DA «LEGIÃO PORTUGUESA». INICIADA A CERIMÓNIA COM O HINO NACIONAL, O SR. DR. JÚLIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS, LEU O BELO DISCURSO, DE NOTÁVEL RECORTE LITERÁRIO, QUE A SEGUIR TRANSCREVEMOS:

*Senhor Embaixador, Senhor Arcebispo,
minhas Senhoras e meus Senhores:*

Iniciam-se hoje os trabalhos de construção do pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português.



ESTATUA DE PEDRO ALVARES CABRAL, QUE SE ERGUE NUMA DAS MELHORES PRAÇAS DO RIO DE JANEIRO E DA QUAL O GOVERNO BRASILEIRO MANDOU FAZER UMA CÓPIA FIEL, PARA OFERECER AO GOVERNO PORTUGUÊS, ASSINALANDO ASSIM A COMPARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS COMEMORAÇÕES CENTENARIAS.

Aproveito o ensejo, que este acto solene nos proporciona, para me congratular com Sua Ex.^a o Embaixador Araújo Jorge e com o ilustre delegado executivo brasileiro pela cooperação que o Brasil generosamente nos oferece, certo de que a grande Nação americana de língua portuguesa, cuja magnífica ascensão para os mais altos destinos Portugal acompanha com desvanecimento, considerará — na feliz expressão de Sua Ex.^a o Presidente do Conselho — como sua a nossa casa, e como seu, também, o nosso jubileu nacional, celebração de esforços, de sacrifícios e de glórias que são, em grande parte, património comum das duas nações irmãs.

A situação europeia, no grave momento que atravessamos, se de certo modo afecta, na sua repercussão internacional, os actos e solenidades do Duplo Centenário, não obsta a que eles se realizem. Pelo menos, assim o espero. Comemorando a Fundação, o Império e a Restauração, na data em que completa oito séculos de existência histórica como Nação livre, Portugal pratica, nas actuais circunstâncias, um acto de serenidade e de confiança nos destinos da civilização e da cultura latino-cristã. Tornámos, nos séculos XV e XVI, o Mundo maior; unimos, no abraço refulgente das nossas náus, todos os oceanos; as nossas armas, o nosso comércio, a nossa Fé propagaram-se a todos os continentes; criadores, a um tempo, de ciência e de epopeia, os portugueses coroaram a obra original da sua ciência náutica, demonstrando praticamente a unidade física do globo. As comemorações nacionais de 1940 têm, pois, expressão universal. Se, porém, razões mais fortes do que a nossa vontade nos não permitirem que as realizemos como festas do Mundo Civilizado, não deixaremos por isso de as realizar como festas da grande família portuguesa. A essa grande família pertence o Brasil, nação que ajudámos a formar, à qual nos ligam os mais íntimos laços étnicos, históricos e linguísticos, e que, embora no seu seio se tivesse criado uma forte consciência americana, mantém, fielmente, Portugal no coração. Pois bem: o Brasil está junto de nós; a sua alma colectiva palpita de nobre emoção ao nosso lado; vem construir, perto do velho solar dos seus avós que é também o seu, a Casa Brasileira.

Com as fundações dessa Casa principia hoje a obra de cooperação do Brasil nas celebrações do Duplo Centenário, obra vasta, que transcende os limites da Exposição do Mundo Português, porque se afirmará noutros domínios e noutras actividades. Veremos, no Tejo, unidades da heróica marinha de guerra brasilei-



O DELEGADO DO BRASIL, SEGURANDO NAS MÃOS AS BANDEIRAS PORTUGUESA E BRASILEIRA, PRONUNCIA O SEU DISCURSO, PERANTE A ESPOSA DO CHEFE DO ESTADO.

ra; nos cortejos e nas paradas cívico-históricas, contingentes do seu exército de terra e mar; a sua arte florescerá no monumento a Pedro Álvares Cabral, que o Governo da República irmã oferece à Nação portuguesa; a sua indústria não deixará de afirmar, noutro certame, as suas poderosas realizações e as suas possibilidades deslumbrantes; grandes figuras da Igreja brasileira virão dizer-nos com que ardor, no Brasil imenso, germinou a Fé católica dos nossos primeiros missionários; historiadores, investigadores, eruditos dalém Atlântico trabalharão connosco na obra, que ousou supôr definitiva, do Congresso Luso-Brasileiro de História; num só claustro pleno intercontinental, as Universidades, as Academias, os Institutos das duas nações glorificarão o passado comum e a língua comum, a maravilhosa língua portuguesa, falada, desde o século XVI, em tôdas as partes do Mundo. O Brasil vem contar-nos, na grandeza das suas revelações, o que fez

da nossa herança colonial, a que esplendor e a que opulência elevou o património que deixamos nas suas mãos. As fundações do Pavilhão Brasileiro sobre as quais vai lançar-se a benção ritual, revestem-se para nós — como todo este conjunto de edifícios — de expressão e de sentido simbólico. Construir é subir. Subiremos unidos, e tão alto, que as duas Nações possam ver distintamente, não apenas o passado de que se orgulham, mas o Futuro glorioso que as espera.

Em nome da Comissão Executiva, a que presido, saúdo na pessoa de V. Ex.^a, Senhor Embaixador, o excelso Presidente Getúlio Vargas, a cujo espírito superior tanto interesse merecem as Comemorações portuguesas; na pessoa do ilustre Delegado Executivo, a Comissão Brasileira dos Centenários, presidida pela figura prestigiosa do Sr. General Francisco José Pinto; em Vossa Excelência, Senhor Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, todos os colaboradores

da sua obra admirável; — e faço veementes votos para que a íntima cooperação de Portugal e do Brasil, durante o Ano Aureo de 1940, torne, se é possível, ainda mais estreitos e perduráveis os laços de afecto que unem as duas Nações.

O sr. dr. Augusto de Castro, commissário geral da Exposição do Mundo Português, depois de se referir com reconhecimento á presença da esposa do Chefe do Estado, do sr. Embaixador do Brasil, de todos os Ministros representantes das nações sul-americanas assim como o da Suíça, agradeceu ao sr. dr. Júlio Dantas, ilustre presidente da Comissão Executiva do Duplo Centenário, a sua alta colaboração na cerimónia e as palavras que lhe dirigiu e aos seus colaboradores, realizadores da grande obra da Exposição. Declara ter a honra de entregar ao delegado official do Brasil para as comemorações centenárias o terreno em que vai ser erigido o pavilhão d'este país.

E, vivamente aplaudido, prosseguiu:

DEPOIS DO DISCURSO DO SR. DR. AUGUSTO DE CASTRO, O SENHOR ARCEBISPO DE MITILENE PROCEDEU A BENÇÃO DO TERRENO. O DELEGADO DO BRASIL PROFERIU ENTÃO O SEGUINTE DISCURSO:

«Quis a Providência Divina, a de Cristo, que Portugal levou ao Brasil, que não subissem as duas bandeiras, para que as não separasse sequer o mastro. Com elas muito juntas ao meu coração, agradeço em nome do Brasil as expressões de acentuado carinho com que a êle se referiram os srs. drs. Júlio Dantas e Augusto de Castro. Em nome dêsse meu caro Brasil, quero, também, beijar reconhecido as mãos da Ex.^{ma} sr.^a D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona — alta e dignificadora expressão da esposa e da mãe portuguesa — por ter desferido ás brisas de Portugal as bandeiras do pai e do filho que se reúnem, desde já, para comemorar glórias comuns e heranças heróicas que são daquém e dalém-mar.

O Brasil vem, como pessoa da família em visita á casa paterna, dizer á sua Pátria de origem que os seus 50 milhões de cidadãos, guardando a raça, a língua e a religião que receberam de Portugal, se-

— A solenidade d'este acto reveste um simbolismo que passa as fronteiras, excede os limites da História e, através do tempo e do espaço, vai ao encontro das mais fundas raízes da alma dos dois povos irmãos.

A colaboração do Brasil na Exposição do Mundo Português é a afirmação da unidade de espirito e de história que liga Portugal á grande nação sul-americana. Nenhum monumento, nenhum acto, nenhuma afirmação poderiam ter maior significado do que esta síntese viva do pensamento dos dois povos. As memórias do Brasil e de Portugal irmanam-se nestes metros de terreno, em que cabe o coração das duas pátrias. Um pequeno Brasil histórico, espiritualmente grande, vai elevar-se ali em frente do Tejo, velha estrada do Mundo. E êle, orador, considera uma grande honra transmitir ao Delegado do Brasil a simbólica posse daquele canto da Exposição, onde as duas bandeiras flutuarão a par — sobre oito séculos de civilização atlântica e universal.

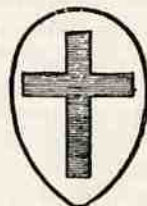
rão sempre no continente americano os continuadores do valôr português; que a Cruz de Cristo plantada pelas armas de Pedro Alvares Cabral será eternamente o símbolo da sua civilização e o elo poderoso que o ligará aos seus ancestrais, cujas glórias se formaram dilatando a Fé e o Império.

E, aqui presente em 1940, na hora feliz das Comemorações Centenárias, nunca ficará ausente se porventura horas amargas ulligirem, em qualquer tempo, o seu querido Portugal.

Iniciando com êste acto público a sua participação nas comemorações da fundação e da restauração da nacionalidade, o Brasil brada connosco:

— Real! Real! por Afonso, alto rei de Portugal!»

Por último, foi servido um «Pôrto de Honra», na sede do Commissariado da Exposição do Mundo Português, oferecido pelo sr. dr. Augusto de Lima Júnior.



ARMAS BRASILEIRAS EM GÔA

Os cemitérios na Índia enterram somente os mortos. As memórias são recolhidas pelas águas do Indo e do Ganges, para formarem o romance maravilhoso da idade dos tempos. E as almas são elevadas às regiões infinitas do Nirvana, enquanto que na terra os homens buscam comunicação com os espaços.

Entre nós tem-se infelizmente enterrado os mortos quasi sempre com as suas memórias. Raras vezes a vassoura espanta a poeira fiel que acalenta a maioria dos nossos mortos. É necessário que se opere uma transformação no espírito da nossa gente, levando-o a travar relações amistosas com os espíritos que penetram na casa esquecida dos mortos que morreram.

Os séculos XVII e XVIII da nossa história estão cheios de almas errantes que buscam repouso na gratidão nacional. Foi nesse tempo que as gentes de pés duros, calçando botas altas, pisaram terras sem fim em busca de aventuras, sonhos ou fortuna. Alguns estão empertigados nos bronzes. Outros invadiram o templo da Glória. Mas a maioria dorme esquecida nos arquivos ou perdida em placas obscuras de ruas esburacadas.

Os «varões» ainda têm sido «assinalados». De seus feitos contam-se escritos espalhados em livros vários. Mas em relação à homeriada feminina pouco se tem publicado. E no entanto, a história brasileira está repleta de feitos heróicos das mulheres que se escondiam «por entre as gelosias e vidraças ou as cortinas dos gradins das janelas», no dizer pitoresco de Eugéne Dellessert, quando da sua viagem em 1839.

Tôda a história das nossas lutas políticas e sociais está intimamente marcada pela colaboração feminina. Vem desde a descoberta, com Paraguassú. A catequese, com Damiana da Cunha, que respondendo à pergunta de Saint-Hilaire, sobre os perigos que lhe poderiam advir da penetração entre as tribus do Tocantis, lhe afirmou: «É preciso que eles não me respeitem tanto para que deixem de fazer o que eu lhes ordenar». (Voyage aux sources du Rio de S. Francisco, vol. II, pag. 119). Nas guerras nativistas, com Clara Camarão. As Pernambucanas de Tejucupapo, a quem D. Pedro II, quando de sua visita áquelas regiões em 1859, prestou uma significativa homenagem. Com a paulista Rosa Maria de Siqueira, o nosso Marcílio Dias de saias. A beata Joana de Gusmão, irmã de Alexandre e Bartolomeu, Bárbara Heliadora, Bárbara de Alencar, Anita Garibaldi, Benta Pereira. E Maria de Me-deiros, a baiana da independência, que Pedro I condecorou com as insígnias de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, e que batalhou sob o comando de J. de Lima e Silva, fardada de «highlander», como nos conta Mary Graham, em seu «Journal of a voyage to Brasil» de 1824: «Trajava o uniforme de um dos batalhões do imperador, com a adição de um saiote, que me disse adoptara do figurino de um *highlander* por lhe parecer mais conveniente a seu sexo». Pag. 292.

Os feitos femininos não ficaram somente em casa. Foram para mais longe. Para regiões que espantavam os próprios sonhos. Para mares e terras «nunca dantes navegados». Foram para as Índias fabulosas. Foi com Maria Úrsula de Abreu e Lencastre.

O eminente sábio português, António Maria da Cunha, publicou em 1935 um notável trabalho sobre a Índia Antiga e Moderna, editado por ocasião das comemorações da descoberta de Gôa. Devo o conhecimento desse admirável livro à gentileza da Sociedade Luso-Africana, a quem o autor enviou um exemplar luxuoso. Foi nêle que encontrei mais detalhadamente referências sobre actos praticados na Índia por D. Maria Úrsula, pois J. Norberto que também cuidou do assunto, muito ligeiramente tratou da actuação dessa mulher formidável.

D. Maria Úrsula de Abreu e Lencastre nasceu no Rio de Janeiro em 1632. Aos 18 anos de idade partiu para Lisboa assentando praça de soldado, sob o nome de Baltasar do Couto. Seguiu com as forças portuguesas para a Índia, em uma expedição destinada a reocupar Gôa das mãos dos maratas de Samgagi. Os portugueses atacaram vigorosamente e ocuparam, em 1705, a fortaleza de Amoná, fronteira à ilha de S. Estêvão. A seguir, apossam-se das ilhas de Coruem e Ponolem, onde Maria Úrsula se distingue pela sua bravura. Tomam depois a fortaleza de Chaul e Maria Úrsula bateu-se com tal bravura, que foi promovida a cabo do baluarte Madre de Deus, dessa fortaleza. Durante 13 anos, Maria Úrsula combateu nas armas portuguesas em terras da Ásia.

Aos 31 anos de idade casou-se com o governador do forte de S. João Batista, de Gôa, Afonso Teixeira Arraes de Melo. O rei de Portugal, D. João IV, tendo conhecimento do valor militar dessa mulher extraordinária, «fez-lhe mercê do Paço de Pangim pelo tempo de seis anos e de um xerafim diário pago na alfândega de Gôa». (pag. III do livro de António Maria da Cunha).

D. Maria Úrsula morreu em Gôa e foi enterrada com o seu uniforme militar. Mas sua memória não foi enterrada na terra em que as memórias são sempre vivas. Ela penetrou nos espaços luminosos que não descoloram nunca.

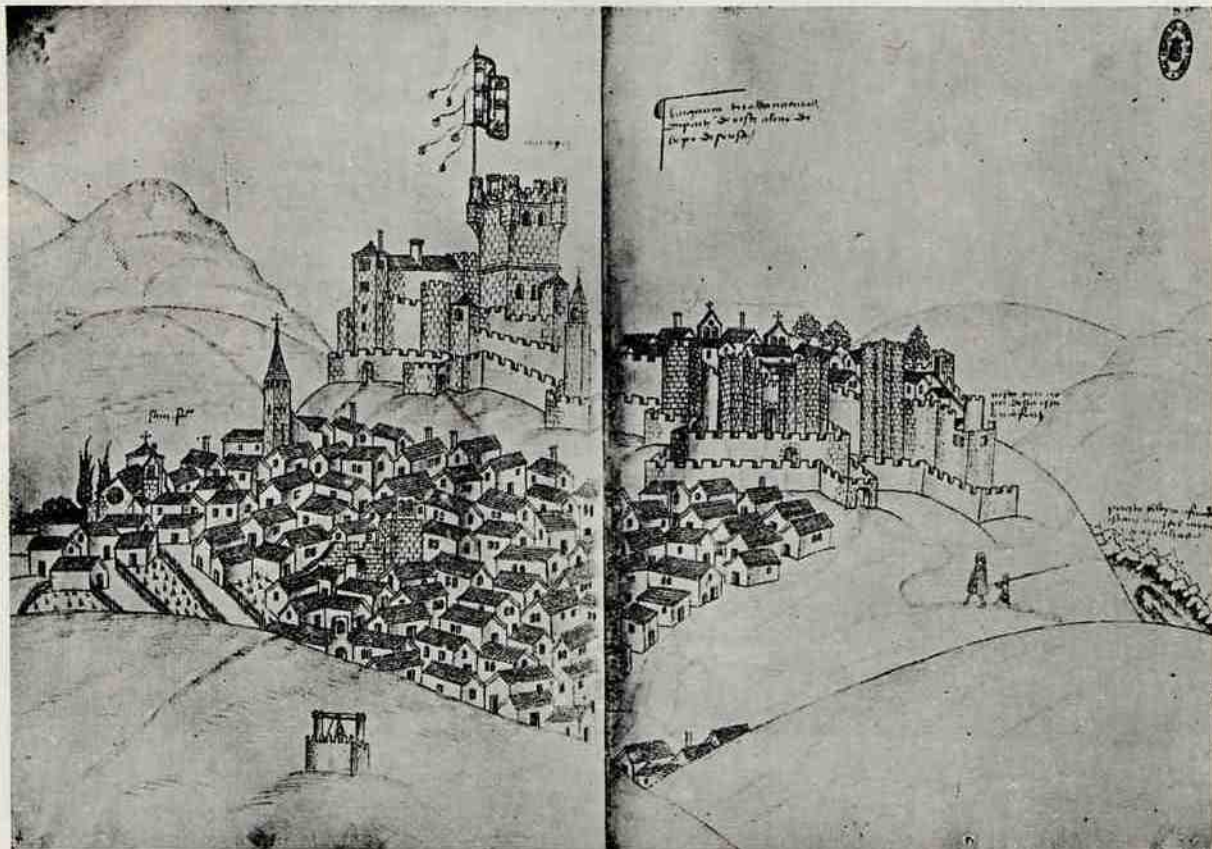
A. PADUA DE ARAUJO



CASTELOS DE PORTUGAL

BRAGANÇA E POVOA DE LANHOSO

Lá no alto da colina de Nossa Senhora do Sardão, ergue-se majestoso o velho castelo



BRAGANÇA E O SEU CASTELO

(Do Livro das Fortalezas, de Duarte d'Armas)

de Bragança, que, pela sua situação e fortaleza, de-certo devia ter contribuído eficazmente para a formação da nossa nacionalidade.

Profundas transformações e reparações sofreu este castelo no decorrer dos séculos, especialmente quando do aparecimento da artilharia, pois vastas obras de adaptação lhe foram introduzidas com o fim de o guarnecer com as novas armas que vieram aumentar o valor defensivo desta posição.

Desde os primórdios da fundação da monarquia, assistiu este castelo ao desenrolar dos mais notáveis acontecimentos, se bem que alguns deles sejam de bem triste memória.

Em 1199, Afonso IX pôs cerco a Bragança, mas D. Sancho obriga os leoneses a retirar. Mais tarde, no reinado de D. Afonso IV, seu irmão bastardo D. Afonso Sanches, acompanhado do infante D. Filipe de Castela, investe contra esta fortaleza e a luta acalma os irmãos desavindos, que se conçoçam devido à intervenção da bondosa Rainha.

De novo, agora já no reinado de D. Fernando, em 1369, o conde de Trastamara consegue conquistar esta poderosa fortificação, que só é restituída com a paz de Alcoutim, em 1371.

Na guerra da Independência não quis submeter-se a D. João de Portugal, mas a intervenção do valoroso Nuno Alvares conseguiu demover o senhor da fortaleza, o que não impediu depois, em 1398, que Bragança caísse nas mãos dos castelhanos por traição do seu alcaide.

Mas esta fortaleza recorda-nos, mais tarde, o admirável gesto patriótico do seu famoso alcaide Lopo Sarmento, recusando-se a entregar as chaves do castelo aos mandatários de Filipe II.

Na «Guerra da Aclamação», êle assiste e anima os heróicos libertadores do jugo castelhano. Em 1710, é de novo cercado, mas agora pelo general espanhol Montenegro, que, vendo malogradas as suas intenções, devido à vigilância do valoroso alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento, resolve retirar-se com os seus homens.

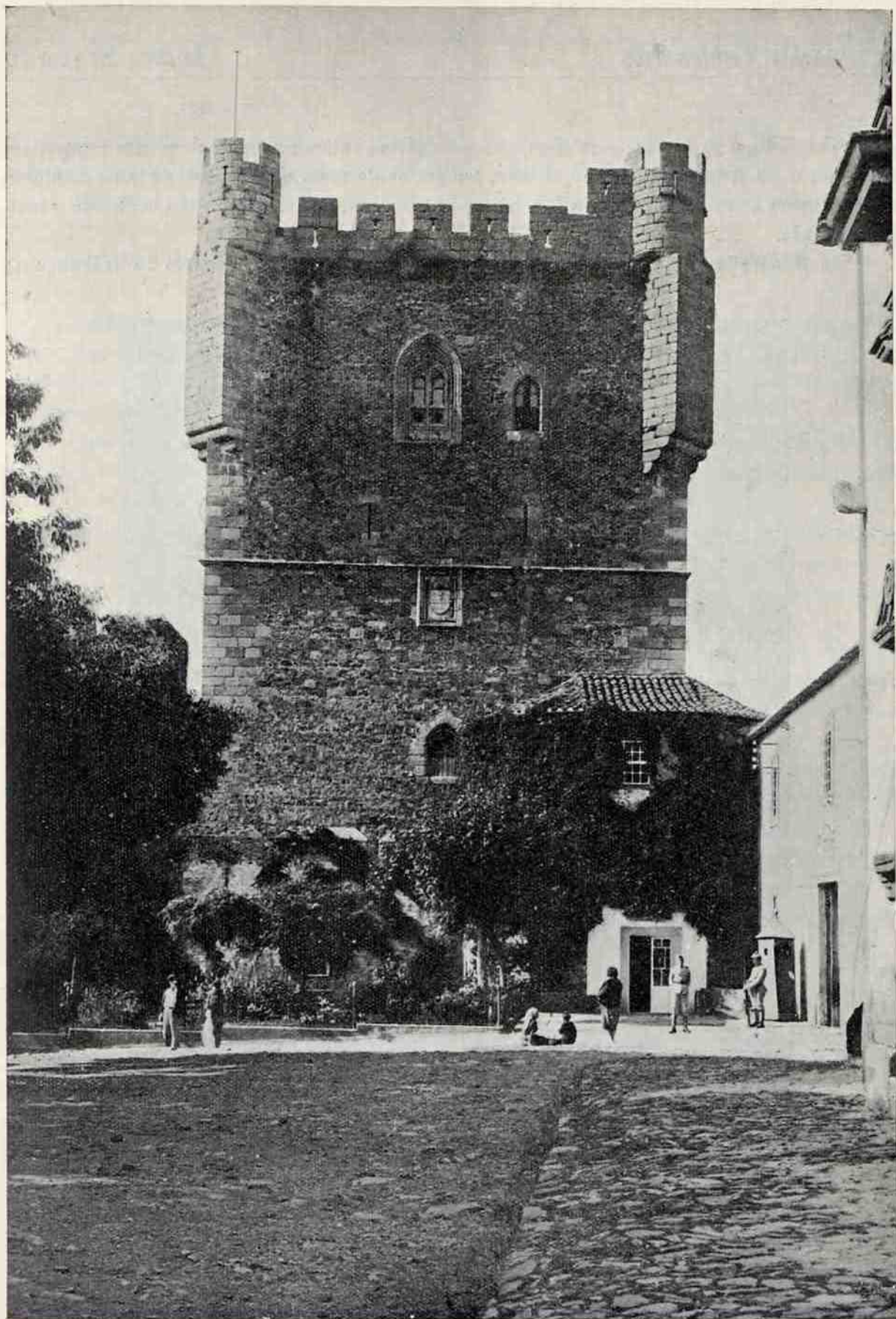
A história dêste antiqüíssimo castelo continua registando os mais variados acontecimentos e procurando manter-se com galhardia e valor, para maior honra e glória da terra querida de Portugal.

Quando da 1.^a invasão francesa, Junot pretendeu desarmar o País enfraquecendo o seu valor militar. Bragança não respeita o decreto de 1808 e recusa-se a entregar as suas armas e a sua gente; num gesto de nobilitante patriotismo, manifesta-se a favor da expulsão dos invasores.

Emfim, a heróica fortaleza continua, pelos tempos fora, até aos princípios do século XX, a manifestar-se e a intervir em quási todos os factos notáveis que se foram desenrolando em terras de Portugal.

Devia o castelo de Bragança, pela sua vastidão e pela sua admirável construção, ser uma das mais importantes e robustas fortificações desta região.

Tinha 18 tórres, sendo as mais notáveis a tórre da Princesa, poetizada por curiosas lendas e na qual, segundo a tradição, D. Jaime, Duque de Bragança, encerrou sua mulher, e a tórre de menagem, que sobressai entre este conjunto pela sua elegância e pela harmonia das suas linhas architecturais, pela vasta quadra e solidez da sua construção. Na face sul estão gravadas as armas de D. João I, a quem se atribui a construção desta tórre, que é hoje o precioso relicário das glórias militares dos heróicos bragançanos.



CASTELO DE BRAGANÇA

Não podiam os gloriosos troféus e as veneráveis relíquias, que se expõem e guardam no Museu e no Arquivo Histórico Militar, ter ambiente mais próprio e sede mais condigna que esta velha fortaleza de seculares tradições históricas, evocadora de tão brilhante e honroso passado.

As fotografias, que aqui reproduzimos, dão-nos uma ideia do castelo de Bragança no



CASTELO DA PÓVOA DE LANHOSO

século XVI, segundo o desenho de Duarte d'Armas e do estado actual em que se encontra. A falta de espaço e a natureza destas ligeiras notas não permite que nos ocupemos

mais pormenorizadamente desta fortaleza, cuja história fornece assunto para uma desenvolvida e interessante monografia.

Além do castelo de Bragança, de que ligeiramente nos ocupámos, breves referências vamos dedicar ao castelo da Póvoa de Lanhoso, do qual só resta, como recordação gloriosa desse passado distante, a torre de menagem coroada de ameias, a única parte do castelo que conseguiu escapar à fúria devastadora dos homens e do tempo.

Impossível fixar a data da sua construção, mas supõe-se, e não sem fundamento, que a origem desta fortificação venha dos tempos romanos pelos elementos que têm sido encontrados por aquelas imediações.

Devia ter sido fortaleza importante, pois nela se recolheu D. Tereza, quando não podendo resistir à perseguição das forças de sua irmã, que lhe havia declarado guerra, se acolheu à sombra destas muralhas, que não tardaram a ser cercadas pelas forças de D. Urraca.

Valeu-lhe nesta terrível situação Fernando Peres, que, com D. Gelmires, arcebispo de Compostela, não deixando escapar a ocasião que se lhes oferecia para disputarem com D. Paio alguns bens que pretendiam alcançar procuraram assim lançar a divisão entre as forças de D. Urraca.

Ignora-se a forma como D. Gelmires atuou. O que é certo é que foi preso, mas, apesar dessa decisão, D. Urraca achou mais prudente, temendo talvez a influência de tão irreconciliável inimigo, estabelecer as pazes com sua irmã, fazendo-lhe grandes concessões.

A este castelo está ligada uma lenda, na realidade de grande intensidade dramática, história de amores mal fadados, que aqui teve o seu epílogo.

D. Rodrigo Pereira de Berredo, fidalgo de alta nobreza, teve um dia a secreta e desoladora notícia de que sua mulher traía a fidelidade conjugal.

O nobre fidalgo, depois de ter a certeza de tão desagradável informação, uma noite, fechou de surpresa tôdas as portas, de modo que ninguém pudesse escapar à cruel punição que reservava a todos que considerava culpados, e pegou fogo ao castelo, que ardeu completamente, morrendo abrasados pelas chamas todos que nêle se encontravam.

Qualquer destes castelos do norte, de tão remota fundação, foram vigilantes sentinelas e resistentes obstáculos que contribuíram para a libertação do solo português e para a afirmação da nossa Independência, que em breves meses se vai comemorar, condignamente, em tôdas as terras de Portugal.

JORGE LARCHER

ERRATA: No artigo sobre os castelos de Alcácer-do-Sal e Silves, publicado no último número desta Revista, saíram, por lapso, trocadas as legendas das duas gravuras, pelo que apresentamos aqui as nossas desculpas ao autor e aos nossos leitores.

REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

«O Primeiro de Janeiro», do Pôrto, sob o título: «O Novo Programa das Comemorações Nacionais», publicou no seu n.º de 21 de Dezembro do ano findo o artigo que a seguir transcrevemos, da autoria do ilustre escritor sr. dr. Júlio Dantas:

Os acontecimentos europeus, atingindo gravemente, na sua expressão e repercussão internacional, as festas do Duplo centenário, determinaram a necessidade de rever e de modificar em muitos pontos o respectivo programa, que teve de ser reduzido no tempo e no espaço. Entretanto, o programa revisado pouco difere daquele que em Maio d'êste ano se tornou conhecido do País. As eliminações feitas não comprometem sensivelmente, nem a sua dignidade, nem o seu brilho.

O período das comemorações do Ano Aureo inicia-se, não já em 5 de Maio, mas em 2 de Junho de 1940. O programa compreende, como o anterior, três épocas: Época medieval, de 2 a 15 de junho; Época imperial, de 16 de junho a 14 de julho; Época brigantina, de 10 de novembro a 2 de dezembro. Prevê-se um período intercalar correspondente às férias (agosto, setembro e outubro), em que se realizam, como veremos, alguns actos e solenidades obrigados a datas compreendidas nesse período. As linhas gerais permanecem as mesmas. As comemorações iniciam-se simultaneamente em todo o País no dia 2 de junho, às 11 horas, por um solene **Te-Deum** em tôdas as Sés, colegiadas e velhas matrizes da metrópole e do Império, e por sessões solenes em tôdas as câmaras municipais e nas Embaixadas, legações e consulados de Portugal, unindo no mesmo sentimento de pátria a grande família portuguesa. Em Lisboa, o **Te-Deum** realiza-se na velha Sé românica, tão intimamente ligada à nossa história, monumento que pela primeira vez, depois de restaurado, será aberto ao culto; seguir-se-á, às 15 horas, o acto cívico inaugural, na Câmara municipal, com a oração do venerando Chefe do Estado. À noite, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa, reunidas, celebrarão as grandes datas nacionais, num acto solene que constituirá o pórtico augusto das comemorações centenárias.

Na primeira Época — a medieval — poucas modificações se introduziram. Inicia-se pela festa da Fundação, em Guimarães, onde usará da palavra o

insigne Chefe do Governo; sucedem-se as festas medievais de Braga, Arcos-de-Valdevez, Pôrto, Coimbra, Lisboa, Ourique (Castro Verde); a exposição dos Primitivos portugueses; e termina pelos actos de Lagos e Sagres, em que se comemorará o ciclo henriquino das navegações, precursor do Império. Já infelizmente não contamos com a nau D. João II e com as caravelas do Infante, porque as circunstâncias impediram o Ministério da Marinha de manter a sua participação nas comemorações centenárias; mas não deixarão de realizar-se no Algarve — em grande parte no monumento imponente que é o rochedo de Sagres — a missa campal, a festa de Gil Eannes e a benção do Mar.

A segunda Época — a imperial — abre pela inauguração da Exposição do Mundo Português, que constituirá um acontecimento sem precedentes. Nesse período se recebem as embaixadas extraordinárias, as missões especiais e as altas individualidades estrangeiras convidadas pelo Governo e pela Comissão; nêle se efectua, como acto central das comemorações, a solenidade dos Jerónimos, em que se glorificará, pela palavra de Sua Eminência o Cardeal Patriarca e, porventura, de outros príncipes da Igreja, o eslórcço português no Mundo; nêle se prevêem os grandes congressos (congresso de Pré e proto-história, no Pôrto; congresso Medieval, em Coimbra; congresso dos Descobrimentos e Navegações e congresso Colonial, em Lisboa), as grandes exposições de arte, a Exposição de Cartografia portuguesa, as festas oferecidas ao Corpo Diplomático e missões estrangeiras (banquete da Ajuda, serenim de Queluz, serão manuelino na Torre de Belem), os concertos, os espectáculos, as marchas populares dos velhos bairros de Lisboa, os deslumbrantes préstitos cívico-históricos, cortejo do Trabalho no Pôrto, cortejo imperial do Mundo Português, em Lisboa. A «Festa dos Lusíadas», na Exposição — romagem apoteótica de toda a Mocidade escolar, cortejo florido que desfilará perante o gigantesco livro de bronze, símbolo da epopeia nacional — encerra o segundo período das comemorações, de sentido e de expressão universal.

Finalmente, a terceira Época — época brigantina — include o congresso luso-brasileiro de história, com as solenidades satélites d'êste acto cultural; as celebrações da Restauração (actos solenes da inauguração do Palácio da Independência, em Lisboa, e da estátua de D. João IV, (em Vila Viçosa); o preto

às grandes figuras da estirpe de Bragança; as homenagens ao Brasil, à benemérita Colónia Portuguesa, doadora ao Estado do Palácio dos Condes de Almada, e a todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo. Entre a 2.^a e a 3.^a épocas, no período intercalar (agosto-outubro), estão previstos actos de relevante importância, como a inauguração do Estádio Nacional; a semana olímpica; o congresso de Ciências da População, no Pôrto, em que se estudará o povo português, húmus vivo, criador de oito séculos de história maravilhosa; a rememoração de Nun'Alvares no dia de Aljubarrota (14 de agosto); a exaltação do esforço de Portugal na defesa da Espanha cristã, solenidade que se realiza na Sé de Évora, na data precisa em que se completam seis séculos sobre a batalha do Salado (30 de outubro de 1340).

No decurso destas três épocas não deixarão de efectuar-se as festas provinciais nas capitais de cada província, e as festas insulanas (Madeira e Açores), embora sensivelmente reduzidas, porque reduzida se encontra também, pela força das circunstâncias, a respectiva dotação. Em datas já fixadas se verificará, igualmente, a inauguração de obras definitivas levadas a efeito pela admirável capacidade realizadora do ilustre ministro das Obras Públicas e Comunicações, como são o Aéropôrto de Lisboa, a bela Estrada Marginal do Tejo, o Estádio Nacional, a que já me referi, a ponte de Alcântara, as pontes sobre o Tâmega e sobre o Tua, os portos de Leixões, de Viana do Castelo, de Vila Real de Santo António e Parque Florestal de Monsanto, e reintegrações notáveis como as da Sé de Lisboa, da igreja de Alcobaça, do Palácio das Carrancas, do Teatro de S. Carlos e de muitos monumentos da arquitectura militar medieval portuguesa. Não devemos esquecer também que numa das nossas praças se erguerá o monumento a Pedro Alvares Cabral, dos irmãos Bernardelli, que o govêrno brasileiro generosamente nos oferece, e que constitui para nós motivo de perdurável reconhecimento.

Eis, a largos traços, o novo programa das comemorações nacionais de 1940. A-pesar-de haverem sido eliminados bastantes números do antigo programa respectivos a Lisboa (entre êles, a festa do Tejo, a revista naval, a tourada portuguesa do século XVII, o congresso internacional da Mocidade, os fogos de artifício, e outros), todos os números respectivos ao Pôrto se mantêm, com excepção apenas da Exposição do Barrôco. Assim, as festas da grande família portuguesa possam realizar-se em relativa paz, porque — ao contrário do que se pensa — dão trabalho a muita gente e deles resultam sensíveis benefícios para a nação».

Do «Diário da Manhã», de 22 de Dezembro último, transcrevemos aqui, com a devida vênia, o artigo — «O Brasil e as Comemorações Centenárias», da autoria do seu Director, sr. dr. Pestana Reis.

«O Brasil vai construir o seu pavilhão entre os nossos, ali, em frente dos Jerónimos, para celebrar connosco os Centenários da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal. É uma prova flagrante da sua amizade fraterna e da sua clara compreensão do que vale a História de dois povos que, tendo um passado comum, se orgulham tanto de recordá-lo e de mostrar ao Mundo o inventário das suas glórias e nobres conquistas de Civilização, como de marchar a par no presente em íntima comunhão de ideais e aspirações de progresso das suas próprias instituições, prosperidade e independência.

Mas essa prova de grande amizade ainda se torna mais sensível se considerarmos que o Brasil, mesmo com a Europa em guerra, manteve a sua resolução de associar-se às Comemorações Centenárias portuguesas de 1940.

Portugal é, efectivamente, privilegiada zona de paz no extremo ocidental da Europa. Aqui chegam já amortecidos os ecos dos combatentes fragorosos e dos sofrimentos indizíveis. Sentimos o horror das vidas que a metralha, o heroísmo, a dor e a miséria ceifam e até junto dos que morrem, penam e se dedicam cheios de fé ou sem esperança, vai a nossa imensa piedade humana e cristã. Mas tudo isso tem a profundidade e côr da distância. A Providência afastou dos nossos olhos o espectáculo sangrento da guerra e dos nossos lábios o cálix da maior amargura. Dêmos graças a Deus! E dêmos graças por continuarmos «a viver habitualmente» e podermos oferecer ao Mundo um recanto tranquilo, acolhedor, quente de sol e de bons sentimentos cristãos. Os que sofrem encontram na nossa terra sossêgo e bondade; os felizes, a alegria de viver comunicativa das coisas e da gente...

Nesta «zona de paz», o Brasil verá, sem dúvida, não só a tranquilidade e segurança dum ambiente familiar, mas também os grandes motivos que nos distanciam, nestas e noutras emergências históricas, da guerra da Europa e nos aproximam, através do Atlântico, da «zona de paz» do continente americano. É que, dia a dia, se vai tornando mais clara e evidente a certeza de que não foi «por acaso» que os nautas portugueses sulcaram o Atlântico em tôdas as direcções. Havia aí, nas causas determinantes dessa emprêza difícil e heroica, um imperativo geográfico, político e civilizador. O campo da nossa expansão, como povo, era o mar. O campo da

nossa actividade continua através do mar-atlântico, nessas maravilhosas ilhas dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde, e de S. Tomé e Príncipe e nesses magníficos territórios do continente africano, Guiné Angola e Moçambique. Destas posições bem portuguesas vemos mui próximo o Brasil com a sua vastíssima costa atlântica, o seu vastíssimo território, a sua população em crescimento constante de milhões de almas e as suas profundas afinidades de raça e comunidade de língua connosco, e não nos furtamos a pensar que singulares perspectivas de futuro há nisto tudo para as relações dos dois países entre si e com o Mundo! Mas só colocados no plano da História e não no dos interesses immediatos é que estas coisas podem ver-se e explicar-se

por si mesmas. Estamos certos que a participação do Brasil nas nossas comemorações centenárias é já um grande passo nesse caminho, no começo do qual está a desembaciada compreensão das enormes vantagens que têm os povos português e brasileiro de se aproximarem, conhecerem e estimarem profundamente.

As declarações oficiais feitas dum e outro lado são unânimes em afirmar estas nobres disposições de espírito e tudo nos diz que elas se tornarão consoladoras realidades à medida que o tempo e o conhecimento dos verdadeiros interesses comuns mostrarem a conveniência de se ir passando das palavras aos actos».



NOTAS VARIAS

NA ERMIDA DO MONTE

No elevado e patriótico intuito de comemorar religiosamente o duplo centenário de Portugal, que nasceu e tem vivido sempre à sombra da Cruz, a comissão administrativa da Irmandade de Nossa Senhora do Monte de S. Gens deliberou realizar no corrente ano de 1940 uma série de solenidades em honra da Augusta Padroeira da Nação e em acção de graças pelas bênçãos dispensadas a esta Terra de Santa Maria.

A primeira dessas celebrações religiosas realizar-se-á em 13 de Janeiro, precedida de tríduo, com práticas por um distintíssimo orador sagrado, honra do púlpito português. As restantes efectuar-se-ão nas grandes datas nacionais da batalha de Ourique, das de Aljubarrota e Lisboa (conquista da cidade) revestindo-se de especial brilho as que se realizarão em 1 e 8 de Dezembro. Neste dia, encerrando as comemorações, haverá uma imponente procissão com a imagem da Senhora do Monte e a bênção da cidade do Miradouro deste nome, por uma alta dignidade da Igreja. Como se sabe, a primitiva Ermida da Senhora do Monte foi construída no sítio onde estiveram acampados os soldados portugueses de D. Afonso Henriques, fronteiro ao Castelo, e data, segundo alguns autores, do próprio ano da conquista da cidade, 1147.

Encerra, entre outras preciosidades, a célebre cadeia de S. Gens, sobre a qual o piedoso Bispo de Lisboa ensinava a doutrina cristã aos habitantes da cidade.

EXPOSIÇÃO DE MOLDAGENS DE ESCULTURA PORTUGUESA

Simultaneamente com a Exposição dos Primitivos Portugueses, um dos números das festas nacionais de 1940, vai realizar-se nas novas dependências do Museu das Janelas Verdes uma exposição de moldagens de escultura portuguesa medieval.

Para esta exposição estão já feitas muitas reproduções de esculturas, trabalho que é dirigido pelo escultor Diogo de Macedo.

Este artista tem percorrido o País em busca de peças escultóricas de valor tendo já reproduzido, entre outras, o «Túmulo de uma infanta» e a «Está-

tua jacente» de Lopo Fernandes Pacheco, da Sé de Lisboa; o «Túmulo de Diogo da Azambuja» de Montemor-o-Velho, e o «Túmulo de D. Pedro», do Mosteiro de Alcobaça, peça de grandes proporções e que constitue a maior reprodução de escultura feita até hoje no nosso País.

Os perfeitíssimos trabalhos de moldagem têm sido feitos pelo artista José de Oliveira.

O núcleo de reproduções a figurar na Exposição constituirá, de-certo, a cópia fiel das obras-primas da nossa escultura medieval.

CONCURSO DE CARTAZES PARA O CORTEJO DO TRABALHO DAS COMEMORAÇÕES A REALIZAR NO PORTO

Realizou-se, no Porto, o concurso de cartazes para o Cortejo do Trabalho, número que faz parte do programa das Comemorações Centenárias a levar a efeito naquela cidade. O 1.º prémio foi conferido ao projecto de Eduardo Anahory. O 2.º e 3.º couberam, respectivamente, aos trabalhos apresentados pelos artistas Carlos Carneiro e Afonso Costa.

A MÚSICA POPULAR PORTUGUESA E A SUA GRAVAÇÃO DIRECTA

A Comissão Executiva dos Centenários encarregou o prof. Armando Leça de percorrer o País e gravar, nas próprias localidades, o nosso cancionero. Trata-se de uma iniciativa oportuna e há muito reclamada, não só para se saberem quais as possibilidades musicais do nosso povo como também para não se perderem de vez tantas melodias que dentro em pouco tempo se deixariam de ouvir.

Embora não seja a recolha do cancionero musical-popular mas sim uma amostra das suas modalidades provinciais, já se avaliará por algumas centenas de discos o quanto êle é variado e fértil.

As modas montanheiras da gente algarvia, os celebrados coros do Baixo-Alentejo, as movimentadas «saías» do Alto-Alentejo, além das diversões dos seus cantares do Natal e modas de roda, já estão gravados.

Do Ribatejo, que ainda não foi todo percorrido, ouviremos variantes dos fandangos, bailaricos e

modas da faina agrícola. A Beira-Baixa com os seus adufes gravou os cantares de romagens e a Cova da Beira revela-se fértil de melodias, algumas ainda arcaicas.

Será uma autêntica revelação esta amostra dos nossos corais, modas do ano e de bailar, além do cancionero sacro que tôdas as províncias ainda conservam.

A brigada de gravação segue em breve para a Beira-Alta, donde partirá depois para a Beira-Litoral, Douro, Minho e Trás-os-Montes. É de salientar o interesse com que tôdas as terras têm recebido esta iniciativa, desde o povo que nela colabora até aos seus mais altos representantes. Portugal vai em breve revelar as belezas do seu concioneiro.

O CONCERTO MEDIEVAL COMEMORATIVO DA FUNDAÇÃO

Tôdas as secções da Comissão Executiva dos Centenários estão trabalhando activamente na preparação dos vários números das festas nacionais a realizar êste ano.

Assim, entre outros, elaborou já a secção de Festas e Espectáculos, o programa do Concêrto Medieval, comemorativo da Fundação, a efectuar em espectáculo de gala, no próximo dia 11 de Junho.

Êste número das comemorações abrirá com uma conferência sôbre música portuguesa no período medieval, pelo professor Luiz Freitas Branco, seguindo-se várias reconstituições musicais do Cancioneiro da Vaticana, da autoria do professor padre Tomaz Borba, com trechos cantados por trovadores e cantadeiras, acompanhadas por jograis ou tangedores; tangedores de instrumentos de corda ou «jograis de pênula»; tangedores de instrumentos de sôpro ou «jograis de bôca» e tangedores de instrumentos de percursão ou «jograis de atambores». Serão também executados trechos de música religiosa, extraídos de um fragmento de missal do século X e dos Códices de Alcobaça do século XIII, acompanhados por grandes grupos corais, devendo encerrar-se êste grande número musical com o poema sinfónico «1140», da autoria do maestro Wenceslau Pinto, executado pela Orquestra Sinfónica Nacional da E. N., dirigida pelo autor.



